



UGT REJEITA RETROCESSOS NA PARENTALIDADE E EXIGE RESPEITO PELOS DIREITOS DAS FAMÍLIAS

Face às propostas de alteração da legislação laboral na área da parentalidade, a **Comissão de Mulheres da UGT** vem, por este meio, manifestar a sua profunda preocupação e firme oposição a diversas propostas recentemente apresentadas pelo Governo no âmbito da legislação laboral em matéria de parentalidade, por considerá-las um claro retrocesso nos direitos das mulheres e das famílias trabalhadoras.

Em particular, a **Comissão de Mulheres da UGT**:

- Rejeita, de forma categórica, a alteração ao regime do luto gestacional para ambos os progenitores, medida que representa uma perda inaceitável de dignidade, proteção e reconhecimento do sofrimento vivido em situações de perda gestacional. A proposta em causa ignora o impacto físico e emocional que estes momentos representam.
- Recusa uma excessiva burocratização de regimes que possa prejudicar o exercício de direitos, como na dispensa para amamentação, considerando estas alterações profundamente discriminatórias. A alteração ignora recomendações internacionais e enfraquece o direito ao cuidado numa fase particularmente sensível da vida familiar.
- Exige a manutenção plena dos direitos à flexibilidade horária para trabalhadores com responsabilidades familiares, sem que estes fiquem subordinados à lógica produtivista das entidades empregadoras. A conciliação entre vida profissional e familiar não pode depender exclusivamente do critério do empregador, devendo ser um direito efetivo e protegido por lei.
- Solicita clareza, coerência e garantias na redação das propostas relativas à licença parental inicial e à eventual obrigatoriedade de partilha da componente facultativa entre os progenitores. É essencial que estas medidas não se traduzam em obstáculos adicionais para as mulheres ou em novas formas de desigualdade no acesso à parentalidade.
- Defende que o diálogo social deve conduzir à consolidação de políticas públicas que promovam a corresponsabilização parental, a equidade de género e a justiça social.
- Recusamos alterações legislativas que fragilizem direitos sob o pretexto de modernização, mas que perpetuem desigualdades e sobrecarreguem as mulheres.



**União Geral de
Trabalhadores**

COMUNICADO

A Comissão de Mulheres da UGT apela ao Governo para que reveja a sua posição, retroceda nas propostas apresentadas, assumindo um verdadeiro compromisso com a valorização do cuidado, da dignidade humana e da igualdade de género.

Não aceitaremos qualquer tentativa de desvalorização dos direitos conquistados. Continuaremos a lutar contra todas as medidas que, sob justificações infundadas, visem subtrair direitos essenciais às mulheres, às mães e às famílias.

Lisboa, 1 de Agosto de 2025